



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 065/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10153/2013.

Apensos: Processos nºs. 10011/2013, 10030/2013, 10627/2013 e 12491/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: Exercício 2012.

5- Responsável: Sr. Fullvio da Silva Pinto.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 721/2015 (fls. 21988/21991).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2192/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 21992/21996).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.
Exercício de 2012.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
desaprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando **DESAPROVAÇÃO** das Contas do Senhor Fullvio da Silva Pinto, Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva, exercício de 2012, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 065/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em substituição.

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 77933282-D09CEC2E-CE91E461-1AC04EEF



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 065/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 065/2015)

1- Processo TCE nº 10153/2013.

Apensos: Processos nºs. 10011/2013, 10030/2013, 10627/2013 e 12491/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: Exercício 2012.

5- Responsável: Sr. Fullvio da Silva Pinto.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 721/2015 (fls. 21988/21991).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2192/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 21992/21996).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.
Exercício de 2012.

Contas irregulares. Multas. Prazo. Cobrança executiva. Determinações ao responsável e a Empresa EMBRAC. Recomendações à Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 – À unanimidade:

9.1.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas do Senhor Fullvio da Silva Pinto, Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva, exercício de 2012, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

9.1.2- Multar o Sr. Fullvio da Silva Pinto:

a) Pelo item 8.5 – Restrição 6 do relatório/voto, no valor de **R\$ 6.576,18** (Seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), pela **inobservância do prazo estabelecido para o envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO**, nos seis bimestres (de Janeiro a Dezembro), com fulcro no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

b) Pelos itens **7.1 – Restrição 1** do relatório/voto – 1.1.2, 1.2.1, 1.2.2, 1.2.4, 1.2.5, 1.2.6, 1.3.3 e 1.3.5; **7.2 – Restrição 2** – 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.10, 2.1.11, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.5, 2.2.6, 2.3.1, 2.3.2, 2.3.4 e 2.3.5; **7.3 – Restrição 3** – 3.1.2, 3.1.9, 3.2.4, 3.2.6, 3.3.4, 3.3.5, 3.3.6, e 3.3.9; **7.4 – Restrição 4** – 4.1.9, 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.5, 4.2.7, 4.3.4, 4.3.5, 4.3.6 e 4.3.9; **7.5 – Restrição 5** – 5.1.9, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.5, 5.2.7, 5.3.4, 5.3.5, 5.3.6 e 5.3.9; **7.6 – Restrição 6** – 6.2.4, 6.2.6, 6.3.4, 6.3.5 e 6.3.6; **7.7 –**



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 065/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 065/2015)

Restrição 7 – 7.1.2; 7.8 – Restrição 8 – 8.1.2; 7.9 – Restrição 9 – 9.1.9, 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.5, 9.2.7, 9.3.4, 9.3.5, 9.3.6 e 9.3.9; 7.10 – Restrição 10 – 10.1.9, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.7, 10.3.4, 10.3.5, 10.3.6 e 10.3.9; 7.11 – Restrição 11 – 11.2.4, 11.2.6 e 11.3.5; 7.12 – Restrição 12 – 12.1.9, 12.2.2, 12.2.5, 12.2.7, 12.3.4, 12.3.5, 12.3.6 e 12.3.9; 7.13 – Restrição 13 – 13.2.2, 13.2.7, 13.3.5 e 13.3.6; 7.14 – Restrição 14 – 14.1.2; 7.15 – Restrição 15 – 15.3.1; 7.16 – Restrição 16 – 16.1.9, 16.2.2, 16.2.5, 16.2.7, 16.3.4, 16.3.5, 16.3.6 e 16.3.9; 8.2 – Restrição 3; 8.6 – Restrição 7; 8.7 – Restrição 8; 8.8 – Restrição 10; 8.9 – Restrição 11; 8.10 – Restrição 12; 8.11 – Restrição 13; 8.12 – Restrição 14; 8.13 – Restrição 16; 8.14 – Restrição 17; 8.15 – Restrição 18; 8.16 – Restrição 19; 8.17 – Restrição 20; 8.18 – Restrição 22; 8.19 – Restrição 23; 8.20 – Restrição 24; 8.21 – Restrição 26; 8.22 – Restrição 27; 8.23 – Restrição 28; 8.24 – Restrição 29; 8.26 – Restrição 36; 8.27 – Restrição 37; 8.28 – Restrição 38; 8.29 – Restrição 39; 8.30 – Restrição 41; 8.32 – Restrição 44; 8.34 – Restrição 47; 8.36 – Restrição 49; 8.37 – Restrição 50; 8.39 – Restrição 53; 8.40 – Restrição 54; 8.46 – Restrição 61; 8.47 – Restrição 62; 8.48 – Restrição 63 no valor de R\$ 21.920,64 (Vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), **por grave infração à norma legal**, com fulcro no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012.

9.1.3- Determinar prazo de 30 dias para recolher as multas aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.1.4- Autorizar, caso o valor das referidas condenações não venham a ser recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

9.1.5- Determinar ao Sr. Fullvio da Silva Pinto, a devolução dos débitos:

- a) no valor de **R\$ 47.400,00** (Quarenta e sete mil e quatrocentos reais), item 7.1 – Restrição 1.4.1 do relatório/voto;
- b) no valor de **R\$ 7.800,00** (Sete mil e oitocentos reais), item 7.2 – Restrição 2.4.1 do relatório/voto;
- c) no valor de **R\$ 148.100,00** (Cento e quarenta e oito mil e cem reais), item 7.3 – Restrição 3.4.1 do relatório/voto;
- d) no valor de **R\$ 149.800,00** (Cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais), item 7.4 – Restrição 4.4.1 do relatório/voto;
- e) no valor de **R\$ 187.125,00** (Cento e oitenta e sete mil, cento e vinte e cinco reais), item 7.5 – Restrição 5.4.1 do relatório/voto;
- f) no valor de **R\$ 62.300,00** (Sessenta e dois mil e trezentos reais), item 7.7 – Restrição 7.3.1 do relatório/voto;
- g) no valor de **R\$ 350.000,00** (Trezentos e cinquenta mil reais), item 7.8 – Restrição 8.2.1 do relatório/voto;
- h) no valor de **R\$ 1.750.000,00** (Hum milhão, setecentos e cinquenta mil reais), item 7.11 – Restrição 11.4.1 do relatório/voto.
- i) no valor de **R\$ 143.457,09** (Cento e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), item 8.3 – Restrição 4 do relatório/voto;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 065/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 065/2015)

- j) no valor de **R\$ 458.911,50** (Quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e onze reais e cinquenta centavos), item 8.4 – Restrição 5 do relatório/voto;
- k) no valor de **R\$ 46.222,81** (Quarenta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos), item 8.33 – Restrição 45 do relatório/voto;
- l) no valor de **R\$ 65.398,46** (Sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), item 8.38 – Restrição 51 do relatório/voto;
- m) no valor de **R\$ 750.822,08** (Setecentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e dois reais e oito centavos) item 8.41 – Restrição 55 do relatório/voto;
- n) no valor de **R\$ 530.904,82** (Quinhentos e trinta mil, novecentos e quatro reais e oitenta e dois centavos), item 8.42 – Restrição 56 do relatório/voto;
- o) no valor de **R\$ 1.946.936,35** (Hum milhão, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), item 8.43 – Restrição 57 do relatório/voto.

9.1.6- Determinar prazo de 30 dias para recolher a devolução dos débitos constantes no subitem 14.6 do relatório/voto, aos cofres da Fazenda Pública Municipal nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.1.7- Autorizar, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Municipal, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

9.1.8- Determinar ao Sr. Fullvio da Silva Pinto e a Empresa EMBRAC a devolução dos débitos solidariamente:

- a) no valor de **R\$ 186.375,00** (Cento e oitenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais), item **7.9 – Restrição 9.4.1** do relatório/voto;
- b) no valor de **R\$ 149.000,00** (Cento e quarenta e nove mil reais), item 7.10 – Restrição 10.4.1 do relatório/voto;
- c) no valor de **R\$ 185.628,00** (Cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais), item 7.12 – Restrição 12.4.1 do relatório/voto;
- d) no valor de **R\$ 740.232,00** (Setecentos e quarenta mil, duzentos e trinta e dois reais), item 7.13 – Restrição 13.4.1 do relatório/voto;
- e) no valor de **R\$ 103.200,00** (Cento e três mil e duzentos reais), item 7.14 – Restrição 14.4.1 do relatório/voto;
- f) no valor de **R\$ 149.427,80** (Cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos), item 7.15 – Restrição 15.3.1 do relatório/voto;
- g) no valor de **R\$ 146.397,47** (Cento e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos), item 7.16 – Restrição 16.4.41 do relatório/voto.

9.1.9- Determinar prazo de 30 dias para recolher a devolução dos débitos constantes no subitem 14.9 do relatório/voto, aos cofres da Fazenda Pública Municipal nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.1.10- Autorizar, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 065/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 065/2015)

Pública Municipal, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

9.1.11- Recomendar à Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva:

- a) O cumprimento dos prazos de encaminhamento de dados e informações aos sistemas de captura de dados do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;
- b) O cumprimento do prazo de entrega da Prestação de Contas Anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;
- c) O cumprimento dos prazos de encaminhamento das Contas Anuais aos órgãos como STN, Governo do Amazonas e Poder Legislativo;
- d) A publicação dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros no DOE do estado;
- e) Para que efetue a devida autuação, formalização e guarda dos processos administrativos, com vistas a manter a ordem cronológica dos atos, a legalidade, eficiência, transparência à sociedade e a fiscalização deste Tribunal de Contas;
- f) Para que efetue a devida legalização dos seus certames licitatórios, com vistas a garantir a observância do princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme o art. 3º, da Lei nº 8.666/93;
- g) Proceder o devido enquadramento das dispensas de licitação, bem como demonstrar a razão pela escolha das empresas contratadas e as justificativas para os preços adotados;
- h) Proceda a abertura dos trâmites para realização de concurso público, a fim de sanear a deficiência de pessoal da sua área administrativa e compor o Controle Interno com cargo de provimento efetivo;
- i) Proceda a formulação do planejamento estratégico do Município, provido de estudos oriundos de ferramentas gerenciais, com fixação de indicadores de desempenho para as metas de curto, médio e longo prazo, bem como definindo a missão, visão e valores da Prefeitura, a fim de que a agenda estratégica municipal cumpra o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- j) Para que o Executivo cumpra a determinação constitucional de repasse até o dia 20 de cada mês ao Legislativo;
- n) Adote as medidas previstas no caput do art. 23 da LRF;
- o) Cumpra a obrigação prevista art. 32, IV e os parágrafos da Lei nº 8.212 /91;
- p) Mantenha devidamente atualizado, em tempo real, o Portal da Transparência da Prefeitura de Rio Preto da Eva;
- q) Observe a correta alimentação quanto ao GEFIS;
- r) Determine a convocação dos servidores para que façam a opção de cargo item 8.23 – Restrição 28 do relatório/voto;
- s) Envie documentos que consubstanciem as argumentações apresentadas como justificativas.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 065/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 065/2015)

9.2 – Por maioria, aplicar multa no valor de **R\$ 13.152,36** (Treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), pelo atraso de Janeiro a Dezembro da remessa de dados ao ACP, ou seja, **pela inobservância de prazos legais para remessa de dados ao Tribunal**, conforme disposto no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em substituição.

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 77933282-D09CEC2E-CE91E461-1AC04EEF